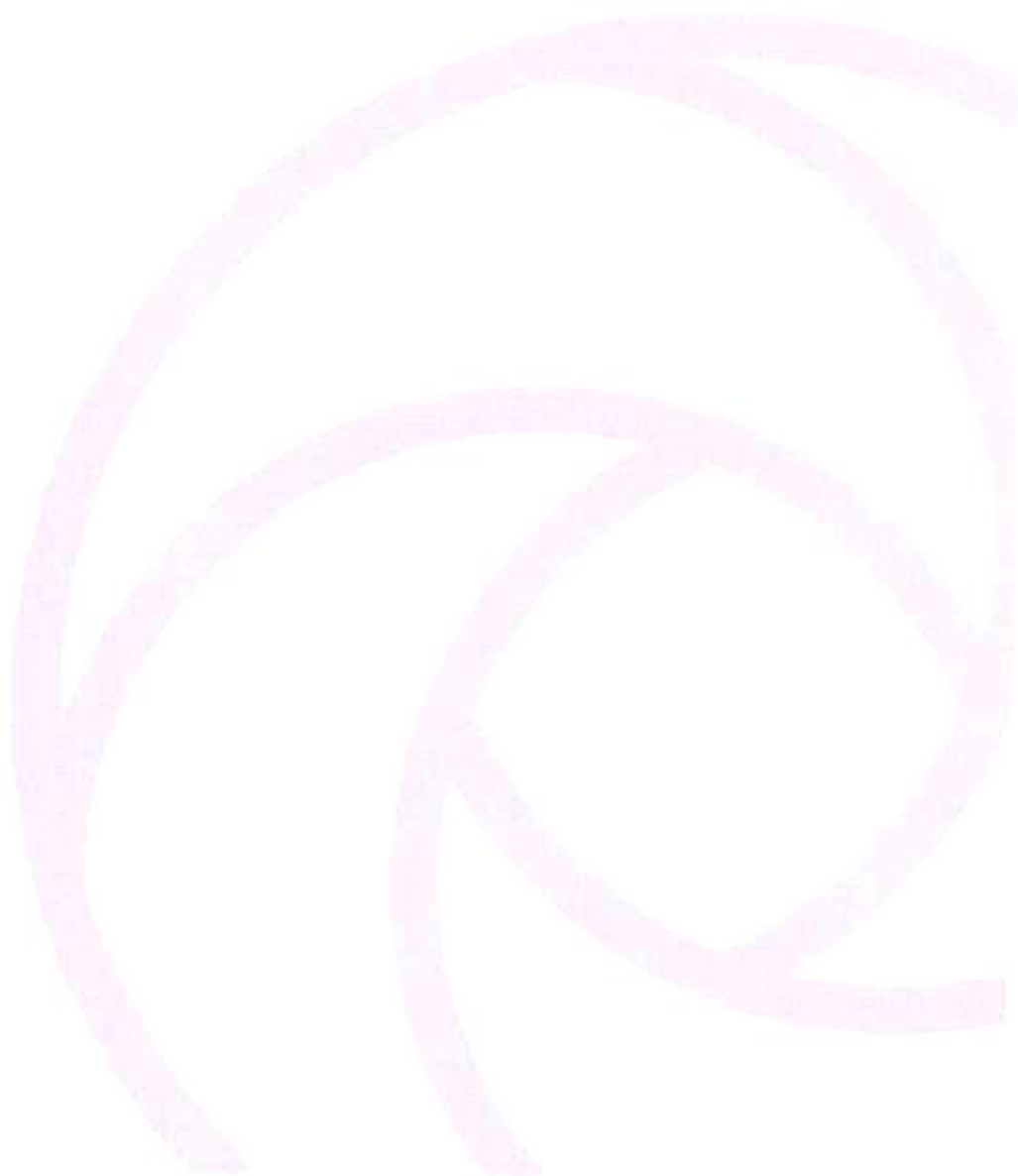


Centro Regional de Atenção aos Maus Tratos na Infância (Crami)

Demonstrações contábeis acompanhadas do relatório do auditor independente

Em 31 de dezembro de 2022



Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Demonstrações contábeis	6
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021	12

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda.

Av. José de Souza Campos, 507 - 5º andar
Cambuí, Campinas (SP)

T +55 19 2042-1036

Aos Administradores do
Centro Regional de Atenção aos Maus Tratos na Infância (Crami)
Campinas – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Centro Regional de Atenção aos Maus Tratos na Infância ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do superávit (déficit), do superávit (déficit) abrangente, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes Notas Explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Centro Regional de Atenção aos Maus Tratos na Infância em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas, incluindo as disposições contidas na ITG 2002 – "Entidades Sem Finalidade de Lucros".

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança sobre as demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas, incluindo as disposições contidas na ITG 2002 – “Entidades Sem Finalidade de Lucros”, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressar opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a entidade a não mais se manter em continuidade operacional; e
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Campinas, 28 de abril de 2023

Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda.
CRC 2SP-034.766/O-0



João Henrique Schenk
Contador CRC 1SP-202.127/O-8

Centro Regional de Atenção aos Maus Tratos na Infância - "CRAMI"

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em reais)

ATIVO

	<u>Notas</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Ativo circulante			
Caixa e equivalente de caixa	4	575.355	531.867
Aplicações financeiras	5	27.696	66.520
Subvenções, convênios e parcerias a receber	6	496.727	3.206.634
Tributos a recuperar	-	746	720
Despesas antecipadas	-	16.468	13.883
Total do ativo circulante		<u>1.116.992</u>	<u>3.819.624</u>
Ativo não circulante			
Imobilizado	7	85.559	98.120
Intangível	-	176	269
Total do ativo não circulante		<u>85.735</u>	<u>98.389</u>
Total do ativo		<u>1.202.727</u>	<u>3.918.013</u>

As notas explicativas da Administração são partes integrante das demonstrações contábeis.

Centro Regional de Atenção aos Maus Tratos na Infância - "CRAMI"

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO SOCIAL

	Notas	2022	2021
Passivo circulante			
Fornecedores	-	5.416	4.765
Obrigações trabalhistas e sociais	8	257.505	220.450
Impostos a recolher	-	748	698
Convênios, subvenções e parcerias	9	667.587	3.381.160
Total do passivo circulante		<u>931.256</u>	<u>3.607.073</u>
Patrimônio social	11	271.471	310.940
Total do passivo e patrimônio social		<u>1.202.727</u>	<u>3.918.013</u>

As notas explicativas da Administração são partes integrante das demonstrações contábeis.

Centro Regional de Atenção aos Maus Tratos na Infância - "CRAMI"

Demonstrações do superávit (déficit) para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em reais)

	<u>Notas</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Receita líquida	12	3.541.638	3.550.896
Despesas operacionais:			
Despesas com pessoal	13	(2.426.974)	(2.225.344)
Despesas administrativas	14	(600.823)	(645.199)
Outras despesas operacionais, líquidas	15	(547.830)	(505.175)
		(3.575.627)	(3.375.718)
Superávit (déficit) antes do resultado financeiro		(33.989)	175.178
Resultado financeiro	16	(5.480)	(7.937)
Superávit (déficit) do exercício		(39.469)	167.241

As notas explicativas da Administração são partes integrante das demonstrações contábeis.

Centro Regional de Atenção aos Maus Tratos na Infância - "CRAMI"

Demonstrações do superávit (déficit) abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em reais)

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Superávit (déficit) do exercício	(39.469)	167.241
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	<u>(39.469)</u>	<u>167.241</u>

As notas explicativas da Administração são partes integrante das demonstrações contábeis.

Centro Regional de Atenção aos Maus Tratos na Infância - "CRAMI"

Demonstrações das mutações do patrimônio social para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em reais)

	<u>Patrimônio social</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2020	143.700	143.700
Superávit do exercício	167.241	167.241
Saldos em 31 de dezembro de 2021	310.940	310.940
Déficit do exercício	(39.469)	(39.469)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	<u>271.471</u>	<u>271.471</u>

As notas explicativas da Administração são partes integrante das demonstrações contábeis.

Centro Regional de Atenção aos Maus Tratos na Infância - "CRAMI"

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em reais)

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Superávit (déficit) do exercício	(39.469)	167.241
Ajustes para conciliar o superávit (déficit) ao caixa gerado pelas atividades operacionais		
Depreciação e amortização	17.035	17.305
Variações dos ativos e passivos operacionais		
Subvenções, convênios e parcerias a receber	2.709.907	(2.495.788)
Tributos a recuperar	(26)	-
Despesas antecipadas	(2.585)	3.712
Fornecedores	651	1.284
Impostos a recolher	50	(62)
Obrigações sociais, trabalhistas	37.055	(7.622)
Convênios, subvenções e parcerias	(2.713.573)	2.493.963
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>9.045</u>	<u>180.033</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aplicações financeiras	38.824	40.733
Aquisição de ativo imobilizado	(4.381)	(8.833)
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimentos	<u>34.443</u>	<u>31.900</u>
Aumento em caixa e equivalente de caixa no exercício	<u>43.488</u>	<u>211.933</u>
Demonstração da variação de caixa e equivalência de caixa		
Caixa e equivalente no início do exercício	531.867	319.934
Caixa e equivalente no final do exercício	575.355	531.867
Aumento em caixa e equivalente de caixa no exercício	<u>43.488</u>	<u>211.933</u>

As notas explicativas da Administração são partes integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis para o exercício findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

O Centro Regional De Atenção Aos Maus Tratos Na Infância ("Crami" ou "Entidade"), foi fundado em 04 de julho de 1985, constituída sob a forma de associação, pessoa jurídica do direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 54.149.562/0001-20, de caráter assistencial, cultural, científico e de promoção de direitos, de fins não econômicos, Organização de Sociedade Civil (OSC) e beneficente de Assistência Social, portadora Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, atualmente concedida e protocolizada sob o nº 71000.059802/2017-21 pelo Ministério de Desenvolvimento Social, registrado no Conselho Municipal de Assistência Social de Campinas sob o nº 33E, com sede e foro à Rua Suzeley Norma Bove, 274, Vila Brandina, na cidade de Campinas/SP e com duração indeterminada.

Tem como objetivo realizar ações socioassistenciais de atendimento de forma continuada, permanente e planejada, através da prestação de serviços, execução de programas ou projetos e concessão de benefícios de proteção social básica ou especial, dirigidos às famílias, crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade ou risco social ou pessoal.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela diretoria em reunião realizada em 28 de abril de 2023.

2. Base de preparação

a) **Declaração de conformidade com as normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC)**

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas definidas na Normas Brasileiras de Contabilidade, notadamente, em observação à norma NBC-TG-1000 (R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas (CPC-PME) incluindo as disposições contidas na ITG 2002 – "Entidades Sem Finalidade de Lucros, ambas aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade.

b) **Base de mensuração**

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Entidade estão apresentadas em reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma.

d) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

3. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis, descritas em detalhes a seguir, têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis.

a) Ativos financeiros

Caixa e equivalente de caixa

Compreendem os saldos de caixa e aplicações financeiras. As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício, possuem vencimentos inferiores a 90 dias ou não possuem prazos fixados para seu resgate, sendo, portanto, de liquidez imediata, e estão sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor. O cálculo do valor justo das aplicações financeiras, quando aplicável, é efetuado levando em consideração as cotações de mercado ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo.

Contas a receber de subvenções, convênios e parcerias

São registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos contratos representativos desses créditos, onde usualmente correspondem possuem prazo de vigência de 12 meses.

b) Ativos não circulantes

Imobilizado

i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Entidade inclui:

- Custo de materiais e mão de obra direta; e
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que o item seja capaz de operar da forma pretendida pela Administração.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado) são reconhecidos em outras despesas operacionais líquidas, no resultado.

ii) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso.

iii) Intangível

Ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido da amortização e, quando aplicável, das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. Ativos intangíveis com vida útil indefinida, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido, das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

c) Provisão para "Impairment"

A Entidade avalia os valores de recuperação de seus bens do ativo imobilizado, constituindo provisão para recuperação quando identificadas evidências de problemas de recuperação.

d) Provisão para riscos trabalhistas e cíveis

É registrada de acordo com a avaliação de risco (perdas prováveis) efetuada pela Administração da Entidade em conjunto com seus assessores legais, inclusive quanto à sua classificação no longo prazo.

As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são reconhecidas quando a Entidade tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Entidade.

e) Receitas próprias, subvenções e parcerias

A Entidade deve reconhecer as subvenções governamentais da seguinte forma:

- a) A subvenção que não impõe condições de desempenho futuro sobre a entidade recebedora é reconhecida como receita quando os valores da subvenção forem líquidos e certos;
- b) A subvenção que impõe determinadas condições de desempenho futuro sobre a entidade recebedora é reconhecida como receita apenas quando as condições de desempenho forem atendidas; e
- c) As subvenções recebidas antes dos critérios de reconhecimento de receita serem satisfeitos são reconhecidas como um passivo.

Entidade deve mensurar as subvenções pelo valor justo do ativo recebido ou recebível.

As receitas de subvenções e patrocínios são realizadas ao longo do período do contrato através das prestações de contas realizadas, onde usualmente possuem um prazo de vigência de 12 meses.

f) Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas sobre aplicações CDB. A receita de juros é reconhecida no resultado por meio do método de juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com taxas e despesas bancárias e descontos concedidos

g) Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores reconhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas (passivos).

h) Imposto de renda e contribuição social

A Entidade é uma organização sem fins lucrativos, reconhecida pelas autoridades brasileiras como imune ao imposto de renda e à contribuição social, com base no Artigo 150 da Constituição Federal, bem como isenta de cobrança de encargos sociais patronais (INSS) e demais tributos federais e estaduais, incluindo PIS/PASEP na modalidade folha de pagamento, à alíquota de 1% sobre o valor da folha de pagamento mensal.

A isenção das contribuições previdenciárias e sociais usufruídas nos exercícios está composta na Nota Explicativa nº 12.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2022	2021
Caixa	75	139
Bancos	9.944	81.598
Aplicações de liquidez imediata (i)	565.336	450.130
Total	575.355	531.867

(i) A taxa de remuneração refere-se a 90% a 100% do CDI referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

5. Aplicações financeiras

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o saldo de aplicação financeira corresponde ao montante de R\$ 27.696 e R\$ 66.520, respectivamente. Essas aplicações têm como objetivo a utilização específicas em projetos determinados através de subvenções governamentais e entidades sem fins lucrativos, não podendo ser utilizado para outros fins.

6. Subvenções, convênios e parcerias a receber

	2022	2021
FMAS Municipal	447.836	3.053.430
FMDCA/Eventuais	41.182	109.495
Fundação Feac	7.709	43.709
Total	496.727	3.206.634

Em 31 de dezembro de 2022 todos os saldos de contas a receber estão a vencer.

A Administração da Entidade entende que não se faz necessário a constituição de provisão para perda de crédito esperado para resguardar quanto a eventuais não recebimentos futuros do contas a receber com subvenções, convênios e parcerias.

7. Imobilizado

	(%) taxa média anual de depreciação	2022	2021
Móveis e utensílios	10%	61.487	61.487
Máquinas e equipamentos	10%	33.535	33.535
Equipamentos de informática	20%	139.804	135.424
Equipamentos de comunicação	10%	7.272	7.272
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4%	93.502	93.502
Biblioteca	0%	636	636
Total custo		336.236	331.856
Depreciação acumulada	-	(250.677)	(233.736)
Imobilizado líquido		85.559	98.120

A movimentação do ativo imobilizado é como segue:

	Custo	Depreciação acumulada	Total líquido
Em 31 de dezembro de 2020	323.022	(216.525)	106.499
Adições	8.833	(17.211)	(8.378)
Em 31 de dezembro de 2021	331.855	(233.736)	98.120
Adições	4.381	(16.941)	(12.561)
Em 31 de dezembro de 2022	336.236	250.677	85.559

8. Obrigações trabalhistas e sociais

	2022	2021
Salários	1.620	-
INSS	43.394	10.020
FGTS	18.079	17.962
IRRF	23.838	14.085
Férias	170.574	178.383
Total	257.505	220.450

9. Convênios, subvenções e parcerias

	2022	2021
FMAS Municipal	451.248	3.068.394
FMDCA/Eventuais	105.164	178.134
Fundação Feac (i)	103.818	125.128
Outros	7.357	9.504
Total (i)	667.587	3.381.160

- (i) A Entidade possui contratos firmados entre as partes, com base em um plano de trabalho e um cronograma de desembolso específico do projeto, no qual, ao término é feita a prestação de contas aos conveniados, prefeituras e parceiros.

10. Contingências

Com base na análise da opinião dos seus advogados, a Administração entendeu que não há processos em curso com probabilidade de perda provável e possíveis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

11. Patrimônio social

O patrimônio social é representado pelos superávits e/ou diminuídos pelos déficits apurados anualmente desde a sua fundação, sem correção monetária, conforme legislação em vigor.

Conforme estatuto social, a Entidade deve aplicar integralmente seus recursos na manutenção de seus objetivos, não podendo, como consequência, distribuir qualquer parcela de seu patrimônio e de suas rendas a título de lucros ou de participação no seu superávit. Desta forma, o superávit do exercício é integralmente incorporado ao patrimônio social.

12. Receita líquida

	2022	2021
Receitas próprias (i)	236.614	296.545
Receitas de subvenção/Cofinanciamento/Convênios (ii)	2.745.313	2.664.464
Parcerias com entidades sem fins lucrativos (ii)	22.879	93.866
Receitas de benefícios fiscais (iii)	536.832	496.021
Total da receita líquida	3.541.638	3.550.896

- (i) Refere-se a doações de pessoas físicas e jurídicas, vendas de bens e produtos; promoções e eventos, donativos, nota fiscal paulista e vendas de bens patronais;
- (ii) Refere-se a receitas de auxílios, subvenções e contribuições repassados para a Entidade obtidos com órgãos convenientes, em conformidade com as exigências contidas nas instruções 02/2016 do TCESP – Tribunal de Contas do Estado de São Paulo; e
- (iii) Refere-se ao valor de isenção de contribuições para a seguridade social usufruída relativa à cota patronal INSS/RAT/Terceiros, com fulcro nos requisitos estabelecidos pelos artigos 3º ao 20º da Lei nº 12.101/2009, integralmente aplicados na área da Assistência Social.

Segue abertura detalhada por natureza de receita:

	2022	2021
Receitas próprias		
Contribuições e doações pessoa física	24.453	74.347
Contribuições e doações pessoa jurídica	4.910	30.670
Promoções e eventos	62.590	20.056
Recuperação de despesa	315	46.856
Donativo Sanasa	7.089	5.271
Bazar	3.805	40.738
Nota fiscal paulista	76.400	64.468
Receitas financeiras	57.052	14.139
Total	236.614	296.545
Receitas de subvenção/Cofinanciamento/Convênios		
FMAS Municipal	2.617.147	2.506.339
FMDCA	122.388	153.797
FMDCA Ativo imobilizado	1.476	956
Aplicações financeiras	4.302	3.371
Total	2.745.313	2.664.464
Parcerias com entidades sem fins lucrativos		
Fundação FEAC	21.310	92.973
FEAC ativo imobilizado	1.569	893
Total	22.879	93.866
Benefício fiscal		
Cota patronal	518.192	478.798
PIS	18.640	17.223
Total	536.832	496.021
Total	3.541.638	3.550.896

13. Despesas com pessoal

	2022	2021
Salários	(1.538.620)	(1.425.610)
Férias	(193.313)	(166.198)
13º salário	(139.430)	(129.463)
Encargos sociais	(166.211)	(146.539)
Benefícios com alimentação, assistência médica e odontológica	(373.013)	(341.931)
Outros	(16.387)	(15.603)
Total	(2.426.974)	(2.225.344)

Para efeito de cumprimento ao ITG 2002 – Entidades sem Fins Lucrativos, a Entidade identificou e valorizou as atividades recebidas de voluntários durante os exercícios de 2022 e 2021. O valor justo foi estimado tendo como referência a quantidade de horas dedicadas à Instituição, multiplicado pelo custo/hora de profissionais do mercado considerando as atividades executadas semelhantes à dos voluntariados bem como seu nível de formação técnica, o montante foi estimado em R\$ 716.348 em 2022 (R\$ 699.952 em 2021).

14. Despesas administrativas

	2022	2021
Materiais e suprimentos	(35.399)	(69.098)
Manutenção e reparos	(74.045)	(117.558)
Serviços com terceiros	(300.706)	(299.759)
Água e esgoto	(25.327)	(19.929)
Energia elétrica	(18.603)	(17.561)
Telefone	(21.159)	(17.010)
Combustíveis	(22.108)	(25.853)
Seguros	(2.025)	(587)
Depreciação	(16.941)	(17.211)
Amortização	(94)	(94)
Outros	(84.416)	(60.539)
Total	(600.823)	(645.199)

Para os anos de 2022 e 2021, a prestação de serviços de auditoria foram fornecidos pela Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda. a título de gratuidade no montante de R\$ 52.857 em 2022 (R\$ 50.729 em 2021).

15. Outras despesas operacionais, líquidas

	2022	2021
Impostos e taxas	(10.999)	(9.154)
Benefício Fiscal Usufruído (a)	(536.831)	(496.021)
Total	(547.830)	(505.175)

(a) De acordo com a Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009, alterada pela Lei nº 12.868 de 15 de outubro de 2013, que dispõem sobre a certificação das entidades Beneficentes de Assistência Social, as isenções usufruídas devem ser registradas no grupo de receitas e despesas, sob o título de Cota Patronal INSS conforme demonstrado a seguir:

	2022	2021
Cota patronal INSS	(518.191)	(478.798)
PIS	(18.640)	(17.223)
Total	(536.831)	(496.021)

16. Resultado financeiro

	2022	2021
Despesas financeiras		
Despesas bancárias	(4.847)	(6.937)
Outras despesas	(633)	(1.000)
Total	(5.480)	(7.937)

17. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

Os valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial consistem basicamente em caixa e equivalente de caixa, aplicações financeiras, subvenções, convênios e parcerias a receber (conforme Notas Explicativas nºs 4, 5 e 6). A Entidade não possui empréstimos com terceiros.

Risco de crédito

O risco de crédito é administrado pela Entidade. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes e aplicações financeiras em instituições financeiras. Para as instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades de primeira linha no mercado.

Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Entidade e monitorada pela administração, que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Entidade para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

A Entidade investe seus recursos em aplicações financeiras, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem segura conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

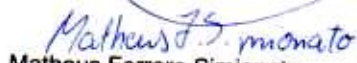
18. Evento subsequente

Em Despacho nº 7654083 de 16 de março de 2023 da Prefeitura Municipal de Campinas, foi deliberado convenio com vigência de 01/04/2023 a 31/03/2024, no montante de R\$ 3.009.460 (R\$2.257.095 de abril a dezembro de 2023 e R\$752.365 de janeiro a março de 2024) referente ao Serviço Especializado de Proteção a Família (SESF).



José Tadeu Seganti Santomauro
Diretor Presidente Voluntário

Amaury Cezar Rossi
Vice-Presidente Financeiro Voluntário



Matheus Ferraro Simionato
Contador CRC 1SP 323869/0-0